



Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar

Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA

Eng. Eletric. Fernando Nunes Patrício



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar

Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA

Eng. Eletric. Fernando Nunes Patrício

Expediente

Publicações temáticas da Agenda Parlamentar do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR:

- Acessibilidade
- Arborização Urbana
- Cercas Eletrificadas
- Certificação de Produtos Orgânicos
- Comportamento Geotécnico das Encostas
- Construção é Coisa Séria
- Drenagem Urbana
- Eficiência Energética
- Iluminação Pública
- Implantação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) nos Municípios
- Inspeção e Manutenção Predial
- Instalações Provisórias
- Licenciamentos Ambientais
- Licitação 1 - Contratação Direta
- Licitação 2 - Aquisição de Bens e Contratação de Serviços
- Licitações e Obras Públicas
- Manejo e Conservação do Solo e da Água
- Mobilidade Urbana
- Noções de Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM
- Obtenção de Recursos
- Pisciculturas
- Planos Diretores
- Prevenção de Catástrofes
- Programas de Qualificação de Mão de Obra
- Recursos Financeiros para os Municípios
- Resíduos Sólidos
- Saneamento Ambiental
- Sistema Viário e Trânsito Urbano
- Uso/Reuso da Água

Publicação:



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



Ano 2016

Diretoria: Presidente: Engenheiro Civil Joel Krüger; 1º Vice-Presidente: Engenheiro Agrônomo Nilson Cardoso; 2ª Vice-Presidente: Engenheira Civil Célia Neto Pereira da Rosa; 1º Secretário: Engenheiro Químico William César Pollonio Machado; 2º Secretário: Engenheiro Civil Paulo Roberto Domingues; 3º Secretário: Engenheiro Mecânico Jorge Henrique Borges da Silva; 1º Diretor Financeiro: Engenheiro Eletricista Leandro José Grassmann; 2º Diretor Financeiro: Engenheiro Agrônomo João Ataliba de Resende Neto; Diretor Adjunto: Engenheiro Civil Altair Ferri.

Projeto gráfico e diagramação: Designer Gráfico Eduardo K. M. Miura. Edição: Assessoria de Comunicação Social do Crea-PR.

Agenda Parlamentar do Crea-PR: Gerente do Departamento de Relações Institucionais: Claudemir Marcos Prattes; Gerente da Regional Apucarana: Engenheiro Civil Jeferson Antonio Ubiali; Gerente da Regional Curitiba: Engenheiro Civil Maurício Luiz Bassani; Gerente da Regional Cascavel: Engenheiro Civil Geraldo Canci; Gerente da Regional Guarapuava: Engenheiro Eletricista Thyago Giroldo Nalim; Gerente da Regional Londrina: Engenheiro Eletricista Edgar Matsuo Tsuzuki; Gerente da Regional Maringá: Engenheiro Civil Hélio Xavier da Silva Filho; Gerente da Regional Pato Branco: Engenheiro Agrônomo Gilmar Ritter; Gerente da Regional Ponta Grossa: Engenheiro Agrônomo Vander Della Coletta Moreno.

Disponível para download no site do Crea-PR: www.crea-pr.org.br.

*O conteúdo deste caderno técnico é de inteira responsabilidade do autor.

Apresentação

O propósito do Crea-PR é resguardar o interesse público e a ética no exercício das profissões das Engenharias, da Agronomia, das Geociências, das Tecnológicas e Técnicas, buscando sua valorização através da excelência na regulamentação, organização e controle destas profissões.

Mas o Crea-PR vai muito além desta premissa. Por isso, procura contribuir, orientar e auxiliar a sociedade em geral em temas importantes e relevantes que tenham relação com as profissões regulamentadas pelo Conselho.

As publicações temáticas, resultado do trabalho da Agenda Parlamentar do Crea-PR, são apresentadas em forma de Cadernos Técnicos e realizadas por profissionais ligados a Entidades de Classe e Instituições de Ensino de todo o estado. Os materiais oferecem um olhar técnico, que pode ser utilizado como material de apoio a órgãos da administração pública com o objetivo final de melhorar a qualidade de vida da população.

Aproveitamos a oportunidade para colocar o Crea-PR à disposição dos gestores públicos no auxílio e assessoramento técnico necessário para a implantação das soluções apresentadas neste Caderno Técnico.

Boa leitura!

Eng. Civ. Joel Krüger
Presidente do Crea-PR
Gestão 2015/2017

Sumário

Objetivo	9
Problema / Demanda / Justificativa.....	9
Conceitos Técnicos	11
Recomendações Gerais	24
Responsabilidade Civil e Criminal	25
Proibido o Uso de Para-Raios Radioativos.....	25
Efeitos das Descargas Atmosféricas nas Instalações Vizinhas ao Ponto de Impacto	26
Ressarcimento de Danos	27
Fundamentação Legal.....	27
Seguro das Instalações Elétricas e Equipamentos Eletrônicos	27
Leis, Normas Técnicas e Recomendações Aplicáveis aos SPDA e DPS	28
Sobre o autor.....	29
Sobre a COSEDI	29
Sobre a Mediação e a Arbitragem	29

Objetivo

Este caderno técnico tem por objetivo disponibilizar aos gestores públicos municipais e à sociedade em geral, os conceitos e recomendações básicas sobre sistemas de proteção contra os efeitos das descargas atmosféricas, protegendo equipamentos eletrônicos sensíveis, edificações e principalmente as pessoas que circulam pelas edificações.

Problema / Demanda / Justificativa

Atualmente a sociedade está extremamente dependente dos equipamentos eletrônicos sensíveis, e estes por sua vez, mais susceptíveis aos efeitos das tempestades atmosféricas; interferências geradas por manobras na rede elétrica, acionamento de motores e campos eletromagnéticos, daí a necessidade de se projetar, instalar e manter esses equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes.

Se os conhecimentos técnicos adquiridos até hoje forem corretamente aplicados para controlar os efeitos das descargas atmosféricas e dos campos eletromagnéticos, os riscos com problemas de interrupção de energia; de serviços de telefonia; de comunicação de dados, serviços de informática e risco de mortes poderão ser evitados ou pelo menos minimizados.

Uma descarga atmosférica produz campos eletromagnéticos de grande intensidade que se irradiam pelo espaço, induzindo picos de tensão e corrente elétrica:

- nas cercas de arame (no caso de instalações rurais);
- nos cabos e fios metálicos das redes elétricas;
- nos cabos e fios metálicos usados para transmissão de sinais (dados, telefonia, TV);
- pelas estruturas metálicas das edificações.

Quando uma descarga atmosférica atinge diretamente uma edificação, além dos problemas que podem causar nos equipamentos eletrônicos, existe também o risco de morte de seres vivos e o comprometimento da estrutura da edificação.

A descarga atmosférica também produz corrente elétrica de alta intensidade que se propaga pelo

solo em um raio de até aproximadamente 5 km em torno do ponto onde o raio atingiu o solo, podendo comprometer as instalações elétricas vizinhas e colocar os seres vivos em risco caso estejam circulando nessa área.

Portanto, a proteção dos seres vivos e dos equipamentos contra os efeitos provocados pelos surtos e transientes (sobretensões) gerados por descargas atmosféricas, por acionamento de motores ou operações na rede elétrica, depende do projeto; dos materiais aplicados, das instalações e da manutenção.

O sistema de proteção, para ser melhor planejado, pode ser dividido em três subsistemas:

- Subsistema que compreende os captadores; os cabos ou estruturas de descida e o aterramento (SPDA);
- Subsistema dos dispositivos de proteção contra surtos (DPS), que atuam no instante em que ocorrem os surtos, cuja escolha do modelo depende da localização da edificação e do grau de proteção exigido pelos equipamentos;
- Subsistema que se caracteriza pelo uso de eletro-calhas; eletro-dutos metálicos; planos metálicos e acondicionamento dos equipamentos eletrônicos em gabinetes metálicos de modo a garantir que os cabos e equipamentos não sejam afetados pelos campos eletromagnéticos gerados pelas descargas atmosféricas ou por fontes artificiais de campos eletromagnéticos.

As fontes artificiais de sobretensões podem ser geradas quando da falta de energia elétrica; devido aos chaveamentos feitos pelas concessionárias de energia elétrica, ou de indústrias que ao ligarem e desligarem máquinas elétricas de grande potência podem injetar na rede elétrica altas correntes e altas tensões de curta duração.

Existem também as descargas eletrostáticas, que é o acúmulo de cargas elétricas no corpo humano e em materiais, devido ao atrito entre corpos e que podem transferir sobre tensões para os equipamentos eletrônicos sensíveis, podendo comprometer a sua integridade.

Portanto, para ter um sistema de proteção eficiente contra surtos e transientes, o projeto arquitetônico; o estrutural e o elétrico devem ser feitos de forma a compatibilizar os critérios de proteção contra sobre tensões com os demais aspectos dos projetos arquitetônicos e estruturais.

Também é fundamental, para o bom funcionamento do sistema de proteção, que haja uma manutenção

adequada de todas as partes que compõem os três subsistemas de proteção citados anteriormente.

Cabe salientar ainda, que a malha de aterramento do subsistema SPDA deve ser a mesma para os demais subsistemas e para a proteção contra corrente de curto circuito. Não é permitido o uso de aterramentos separados para quaisquer que sejam os equipamentos existentes numa mesma edificação.

Conceitos Técnicos

1. Introdução

Um sistema de proteção de pessoas e equipamentos eletrônicos sensíveis contra os efeitos provocados por descargas atmosféricas ou chaveamentos elétricos, depende principalmente do projeto e da correta instalação dos dispositivos de proteção (SPDA; DPS; Blindagens, etc.) e da manutenção.

2. Sobretensões Transitórias

São surtos ou transientes que ocorrem em milissegundos ou microssegundos e se sobrepõem à tensão normal aplicada entre dois ou mais condutores, podendo atingir valores da ordem de milhares de volts e ocorrer de forma repetitiva ou randômica.

2.1. Sobretensões Repetitivas

São fenômenos conhecidos como “spikes”, resultantes de chaveamentos elétricos (excitação de motores, chaveamento de cargas indutivas, etc.). “Spikes” são pulsos instantâneos de tensão e corrente e podem ser conduzidos ou induzidos na rede elétrica; na linha telefônica ou em qualquer estrutura metálica da instalação.

2.2. Sobretensões Randômicas

Ocorrem de forma aleatória, sem periodicidade definida, provocadas principalmente por descargas atmosféricas.

Outra fonte de sobre tensões randômicas são as descargas eletrostáticas, sendo o corpo humano um bom gerador dessas descargas. O potencial entre o corpo humano e um objeto depende das atividades do ser humano e da umidade relativa do ar.

3. Descargas Atmosféricas

As descargas atmosféricas são fenômenos naturais que provocam mortes e danos materiais, tendo sido associadas, no passado, às divindades malignas. Algumas regras do passado ainda são válidas e muito difundidas para se proteger contra as descargas atmosféricas, tais como:

- Não sair de casa;
- Procurar abrigo quando o tempo ameaçar tempestade atmosférica;
- Não ficar junto à janela;
- Desligar todos os aparelhos eletrônicos sensíveis das tomadas;

As três primeiras regras são válidas e recomendadas, entretanto quanto à desligar todos os aparelhos eletrônicos sensíveis da tomada, se for numa instalação com muitos cabos (energia; sinais de dados; telecomandos; etc.) fica impraticável executar esta operação sempre que houver uma ameaça de tempestade atmosférica, sem falar que os aparelhos continuam expostos aos transientes de fontes artificiais (acionamento de motores, manobras da rede elétricas, etc.) que não são previsíveis.

3.1. Comportamento das Descargas Atmosféricas

As descargas atmosféricas ocorrem com mais frequência nos terrenos maus condutores, como os graníticos e os xistosos, ao invés dos bons condutores, como os calcários e de aluvião (terreno formado por inundação). No terreno isolante há liberação de cargas elétricas para a superfície e essas cargas propiciam a queda do raio em terrenos maus condutores. Essa liberação de cargas chega a ionizar o ar ambiente, provocando o cheiro característico de ozônio. O fenômeno assemelha-se à fuga de corrente de um capacitor gigante, no qual as placas são as nuvens e o solo.

Os raios podem ser explosivos ou incendiários. Os explosivos são raios de curta duração e corrente elevada; enquanto que os incendiários são de longa duração e corrente baixa.

3.2. Principais distúrbios provocados pelos raios

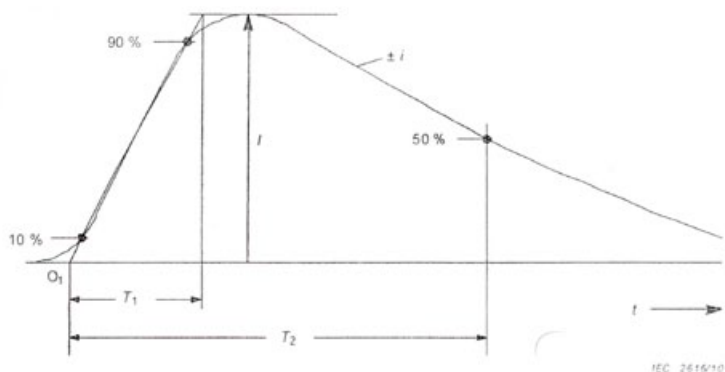
- Danos mecânicos; efeitos térmicos; perfurações de chapas metálicas; derretimento de condutores; ignição de combustíveis; distribuição de sobre tensões sobre as estruturas; etc.
- Sobretensões induzidas causadas pela variação nos campos eletromagnéticos devido às descargas entre nuvens;
- Sobretensões induzidas nos condutores devido às descargas atmosféricas ocorridas nas proximidades das edificações;
- Sobretensões induzidas em cabos subterrâneos, especialmente em solos de baixa condutividade;
- Sobretensões causadas por correntes de raio no solo e conduzidas pelas blindagens dos cabos.

3.3. Parâmetros da corrente de descarga atmosférica

Para se definir as especificações dos componentes elétricos de proteção foram estabelecidas algumas formas de ondas de uma descarga atmosférica. A forma de onda padrão dos impulsos tem uma forma aproximada de um triângulo, representando graficamente a distribuição da corrente e da tensão de uma descarga atmosférica.

Foram definidos três padrões de ondas:

- Onda de 8/20 microssegundos; onde $T_1 = 8$ microssegundos e $T_2 = 20$ microssegundos.
- Onda de 8/80 microssegundos; onde $T_1 = 8$ microssegundos e $T_2 = 80$ microssegundos.
- Onda de 10/350 microssegundos; onde $T_1 = 10$ microssegundos e $T_2 = 350$ microssegundos.



Legenda

- O_1 origem virtual
- I corrente de pico
- T_1 tempo de frente
- T_2 tempo até o meio valor

Figura 1 - Forma de onda de um impulso de corrente (Fonte: NBR 5419-1:2015 - Anexo A)

4. Proteção dos Equipamentos Eletrônicos

A função principal do subsistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, formado pelos captores, condutores de descidas e o sistema de aterramento, é evitar que as estruturas prediais sejam total ou parcialmente afetadas pelas descargas atmosféricas que atingem diretamente a edificação. Entretanto, não protegem os equipamentos eletrônicos sensíveis dos surtos gerados por essas descargas atmosféricas e que circulam pelo interior da edificação.

Quando uma descarga atmosférica atinge uma edificação, mesmo adequadamente protegida pelo SPDA, podem ser geradas sobretensões na rede de distribuição de energia elétrica da concessionária, nas instalações elétricas da edificação, nas redes de dados e em qualquer condutor metálico da edificação.

Estas sobretensões transitórias podem causar:

- Desconexão temporária da rede pública de energia elétrica;
- Redução da vida útil dos equipamentos eletrônicos sensíveis;

- Danos nos equipamentos eletrônicos e a conseqüente falha no serviço prestado por estes equipamentos.

Sobretensões medidas nos EUA e na Europa, em linhas aéreas de energia elétrica, apresentaram a seguinte estatística:

Sobretensões medidas	Número de ocorrências por ano
20 kV	1 a 3
10 kV	1 a 10
5 kV	1 a 100
2 kV	80 a 1.000
900 V	>1.000

As sobretensões mais altas e em menor freqüência ocorrem nas instalações rurais, onde a predominância é de sobretensões de origem atmosférica. Nas instalações urbanas, os valores são mais baixos, porém com mais freqüência, predominando as sobretensões causadas por manobras de disjuntores e chaves seccionadores.

5. Sobretensões Induzidas por Descargas Atmosféricas

Os campos eletromagnéticos gerados pelas descargas atmosféricas podem induzir correntes nas instalações elétricas sob três formas de acoplamento: indutivo; resistivo e capacitivo.

5.1. Acoplamento Indutivo - Ocorre quando a corrente elétrica do raio gera uma variação instantânea do campo magnético, enlaçando todos os condutores metálicos próximos, sendo que depende também da geometria e do trajeto dos cabos e da instalação como um todo.

Na África do Sul foram realizadas medições de tensão induzida de 3,7 kV e corrente induzida de 71 Ampères numa rede telefônica situada a 5 km de distância de um edifício que foi atingido por uma descarga atmosférica de 20 kA.

5.2. Acoplamento Resistivo ou Galvânico - Este fenômeno ocorre quando a corrente da descarga

elétrica eleva o potencial elétrico de um ou mais equipamentos interligados entre si, no mesmo prédio ou em prédios diferentes.

5.3. Acoplamento Capacitivo ou Eletrostático - É devido à alta capacitância, num determinado instante, entre os cabos e a descarga elétrica ou entre os cabos e o sistema de aterramento.

6. Suportabilidade de um Equipamento Eletrônico

A suportabilidade é a capacidade que o equipamento eletrônico tem de suportar os níveis máximos de tensão e corrente, repetitivas ou não, sem a degradação de suas características originais.

Na prática, os níveis de suportabilidade para instalações elétricas de baixa tensão variam entre 5 e 10 KV e para equipamentos eletrônicos sensíveis depende da aplicação dos mesmos, sendo o valor típico 1,5 kV.

Para se avaliar o risco dos equipamentos eletrônicos sensíveis em situações de tempestade atmosférica, deve-se usar a parte 2 da NBR 5419-2015, aplicando a análise de risco para verificar se a instalação necessita de SPDA.

Na fase de projeto do SPDA é importante também consultar o arquiteto e o engenheiro civil para que os projetos elétrico, estrutural e arquitetônico sejam compatíveis entre si e haja uma otimização dos materiais aplicados na edificação, uma vez que alguns materiais podem ser usados como SPDA.

7. Definição de Parâmetros dos Dispositivos de Proteção Contra Surtos - DPS

7.1. Tensão de “Clamping” ou Tensão Residual - É o valor da tensão remanescente durante a atuação da proteção. É o valor de tensão garantido pelo sistema de proteção para o grampeamento do pulso. Este valor é variável em função da corrente de surto.

7.2. Tensão Disruptiva (“Sparkover Voltage”) - É o máximo valor de tensão, ao qual o equipamento a ser protegido fica exposto, no instante anterior à atuação da proteção. A tensão disruptiva é variável, pois depende da velocidade de crescimento do impulso (dv/dt).

7.3. Tempo de Resposta - É o tempo decorrido entre o instante zero do impulso e a atuação da proteção. Após este instante, a tensão nos terminais do protetor é mantida nos limites especificados pela tensão de “clamping” do mesmo.

8. Características Desejáveis do Sistema de Proteção

Para que um sistema de proteção atue adequadamente, as instalações devem ter as seguintes características:

- Ser compatível com os equipamentos a serem protegidos e com o local da instalação;
- Ser projetado de modo a não se danificar em condições normais de operação;
- Não deixar os equipamentos desprotegidos em caso de sobretensões acima da capacidade do sistema de proteção.

Com base nessas premissas, os DPS devem ter as seguintes características:

- Capacidade energética compatível com a sua localização na instalação;
- Velocidade de atuação compatível com a velocidade dos surtos e transientes;
- Baixa tensão disruptiva;
- Tensão de “clamping” compatível com a suportabilidade dos equipamentos a serem protegidos;
- Baixa atenuação (principalmente para protetores de linha telefônica e cabo de RF);
- Apresentar baixa distorção (para a proteção de linhas telefônicas e cabos de RF).

9. Proteção Contra Sobretensões em Circuitos de Baixa Tensão

Os danos causados por sobretensões nos equipamentos eletrônicos vão desde a perda de dados (“reset” involuntário) até erros na transmissão ou recepção de dados; danos parciais ou totais nos equipamentos e até incêndio na instalação.

Estes efeitos têm origem nos seguintes fenômenos:

- Descargas atmosféricas atingindo diretamente as instalações;
- Sobretensões induzidas pelas descargas elétricas indiretas;
- Sobretensões geradas por manobras na rede de energia elétrica da concessionária;

- Sobretensões geradas por acionamento de motores e fornos de alta potência.

Para proteger os equipamentos desses fenômenos são adotadas técnicas que devem ser usadas de forma integrada.

As técnicas mais comuns são:

- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) - O SPDA deve ser projetado de acordo com o tipo de edificação e sua localização. A finalidade é proteger a edificação contra as descargas atmosféricas diretas, as quais podem comprometer a rigidez estrutural da edificação e até provocar incêndios. Fazem parte deste sistema, os captores; os condutores de descida que transmitem a corrente da descarga atmosférica para a malha de aterramento, e esta faz a dispersão da energia no solo a seu redor.

- Elementos de Proteção da Própria Instalação - Consiste dos elementos condutores da própria edificação tais como: armações de aço; coberturas; treliças; elementos metálicos da fachada; disposição das instalações elétricas; eletro calhas, eletro dutos, esteiras metálicas, etc.

- Dispositivo de Proteção Contra Surto (DPS) - É construído por dispositivos passivos lineares e não lineares tais como: filtros; centelhadores; varistores; diodo Zener; transzorb; etc. que são instalados em locais adequados para proteger os equipamentos eletrônicos sensíveis.

Para cada tipo de instalação existe uma forma de proteção mais adequada, visando sempre à melhor relação custo benefício. A proteção projetada antes da execução da edificação e a instalação dos sistemas de proteção durante a execução da edificação é sempre mais eficiente e de menor custo, se comparada com a executada após a edificação concluída e ocupada.

10. Elementos e Dispositivos de Proteção

Todos os elementos de proteção possuem vantagens e desvantagens, dependendo das características dos componentes e dos circuitos a serem protegidos. Estes dispositivos podem ser utilizados individualmente ou associados.

Basicamente, a função dos dissipadores de proteção é fazer com que o equipamento eletrônico fique

no mesmo potencial elétrico das estruturas metálicas que o sustentam, evitando o faiscamento. Com isso o equipamento estará protegido contra os efeitos das sobretensões.

10.1. Condutor – Todas as proteções necessitam de fios, cordoalhas ou cabos para interligá-las a algum ponto da instalação. Esses condutores devem ter uma indutância que não comprometa a atuação do protetor, pois se a indutância for muito alta provavelmente o protetor não atuará e o surto passará diretamente para o equipamento.

10.2. Capacitor - Este elemento de proteção também tem certa indutância para altas frequências que pode influenciar na impedância total do elemento de proteção.

10.3. Indutor - Apresenta capacitância parasita, que em frequências mais elevadas reduz a impedância total do elemento de proteção. Na presença de frequências muito altas poderão funcionar até como capacitores.

10.4. Centelhador - A vantagem do centelhador é de ser um dispositivo simples, e pode ser dimensionado de acordo com a quantidade de energia a ser desviada. Devido à característica de descarga, o centelhador deve ser usado em circuitos protegidos por fusíveis.

10.5. Varistor - A resistência do varistor varia com a tensão aplicada, por isso é denominado de “Voltage Dependent Resistor” (VDR) e está baseado na propriedade do carboreto de silício (SiC) e do óxido de zinco (ZnO). São dispositivos com características altamente não lineares. Por exemplo, o ZnO que suporta uma considerável quantidade de energia, porém menor que o centelhador a gás. O varistor também apresenta uma carga capacitiva apreciável para frequências altas.

Uma das características mais importantes do varistor é a corrente nominal máxima de escoamento. É a máxima corrente que o varistor pode suportar uma única vez. Cada pulso de corrente de valor elevado provoca uma diminuição da vida útil do varistor.

10.6. Diodo Supressor - O diodo Zener, baseado no efeito de avalanche descoberto por C. Zener, é usado, normalmente, como diodo estabilizador de tensão. São mais rápidos que os varistores, mas, em contra partida têm menor capacidade de suportar altas tensões. É usado nos protetores híbridos como

proteção fina (após o varistor) ou dentro dos próprios equipamentos eletrônicos.

11. Critérios de Instalação para uma Proteção Adequada

O local de instalação dos protetores, o comprimento dos condutores de ligação dos protetores, os conectores e o trajeto dos condutores são de vital importância para que o sistema de proteção como um todo atue adequadamente no momento da passagem das sobretensões.

Cabos e fios que já passaram pelos protetores, não devem passar próximo aos fios e cabos que estão chegando aos protetores, pois podem induzir sobretensões nos fios e cabos que estão saindo dos protetores, ou seja, devem ser separados os fios e cabos isentos de sobretensões, dos fios e cabos que podem estar conduzindo sobretensões.

Basicamente, a função do DPS é fazer com que o equipamento eletrônico fique no mesmo potencial elétrico das estruturas metálicas que o sustentam, evitando o faiscamento, com isso o equipamento estará protegido contra dos efeitos das sobretensões.

12. Resistividade do Solo

A resistividade do solo é a característica que vai determinar a sua resistência em baixas frequências ou a sua impedância em altas frequências (surtos ou transientes de correntes elétricas).

Os fatores que mais influenciam na resistividade do solo são:

12.1. Umidade - Na medida em que a umidade aumenta, a resistividade do solo diminui, portanto, a umidade é o elemento principal na condução da corrente elétrica no solo. Não se deve, contudo, presumir que um solo que detenha grande quantidade de água tenha baixa resistividade, pois se a concentração de sais dissolvidos na água for muito baixa, ou mesmo se esta estiver totalmente congelada, a resistividade aumentará.

12.2. Sanilidade - A resistividade do solo também depende da quantidade de sais dissolvidos na água (condução eletrolítica).

12.3. Temperatura - Temperatura elevada provoca maior evaporação e, por conseguinte diminui a umidade do solo. Por outro lado, com a diminuição da temperatura, chegando a zero grau e até valores negativos de temperatura, a resistividade também tende a aumentar.

12.4. Compactação - Se o terreno teve terraplanagem, as medições de resistividade do solo devem ser executadas após a compactação completa do solo, pois a não compactação do mesmo provocará uma menor área de contato entre os grãos que compõem o solo, gerando erros nas medidas de resistividade. Também deve ser observado se não foram enterrados objetos metálicos, os quais podem influenciar nas medições.

13. Impedância de Impulso

A impedância de impulso é a oposição que a malha de aterramento oferece ao impulso elétrico que tenta penetrá-la. Esta impedância é resultado da soma da resistência; da indutância; da condutância; da capacitância da malha e do solo.

Esta impedância depende principalmente da:

- Composição espectral e forma de onda da sobretensão;
- Característica específica do terreno;
- Geometria da malha de aterramento.

A capacitância e a indutância têm papel fundamental nas altas frequências, que é o caso das descargas atmosféricas.

Cuidados especiais devem ser tomados quando do projeto da malha de aterramento, uma vez que podem surgir tensões de toque e centelhamentos, devido à incapacidade da malha de aterramento de equalizar o potencial.

14. Resistência de Terra

A componente resistiva, que é devida principalmente à resistividade do solo, tem uma importância

maior nos sistemas de potência que operam na frequência de 60 Hz. Esta resistência é fundamental para atuar os elementos de proteção como os disjuntores, quando da ocorrência de curto circuito ou sobrecarga na instalação.

As medidas de resistência da malha de aterramento são realizadas para confirmar os cálculos teóricos e conferir se todas as conexões estão em perfeitas condições.

É fundamental que todas as partes metálicas do sistema de aterramento (eletrocalhas, descidas de para-raios; dutos metálicos, etc.) estejam devidamente interligadas, com material de baixa resistência, garantindo a continuidade elétrica entre todas as partes metálicas da instalação e a malha de terra.

Exceção se faz para instalações com riscos de explosão, como tubulações de gás, depósitos de combustíveis, etc. as quais devem ter um estudo específico de proteção contra descargas atmosféricas.

15. Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA

O sistema de proteção contra descargas atmosféricas das edificações e dos seres vivos que circulam em torno dessas edificações é feito por meio da utilização de captores e interligados à malha de aterramento através de condutores de descida.

O SPDA tem duas funções distintas:

- Preventiva: Que é de neutralizar a eletricidade das nuvens situadas acima das edificações, não se concretizando a formação dos raios;
- Corretiva: Se a nuvem for de intensidade suficiente para criar uma descarga atmosférica, provavelmente preferirá o caminho através do SPDA, já que está colocado no ponto mais alto da edificação a ser protegida e oferecer uma impedância mais baixa à passagem da corrente elétrica do raio.

15.1. Usar Sempre as Normas Técnicas de Projeto de Proteção Contra Cargas Atmosféricas - Como estão em jogo vidas humanas e patrimônios, só pela questão legal já se justifica realizar o projeto de proteção de uma edificação de acordo com as normas técnicas pertinentes. Além disso, usando-se sempre a versão atualizada da norma técnica, estarão sendo empregadas as recomendações mais recentes defendidas pelos pesquisadores.

15.2. Tipos de Captores e Modelos de Proteção - Existem vários tipos de captores que são escolhidos de acordo com o tamanho da edificação; do grau de segurança desejado e da região onde se encontra a instalação.

Os mais conhecidos são:

- Captor tipo Franklin - Oferece um volume abrangido por um cone, tendo como vértice o ponto mais alto do captor e a geratriz forma um ângulo com o eixo vertical. Este ângulo é escolhido de acordo com o grau de proteção desejado.

- Captor tipo Gaiola de Faraday - É formado por um fio captor que percorre toda a extensão da instalação, envolvendo-a completamente.

- Modelo Eletromagnético - Também chamado de Método da Esfera Rolante - Este modelo é recomendado para o caso de estruturas de grande altura ou de formas arquitetônicas complexas. É baseado no mecanismo de formação das descargas atmosféricas. O modelo se baseia no fato dos raios atingirem preferencialmente as quinas das edificações.

15.3. Condutores de Descida - São condutores metálicos que interligam os captores com a malha de aterramento e podem ser de cobre; alumínio ou de outros materiais que levam em conta a melhor harmonização da edificação e que iniba o vandalismo ou furto. Também é possível utilizar a própria armadura dos pilares da edificação, seguindo-se sempre as recomendações técnicas pertinentes.

16. Tratamento de Solo

As técnicas de tratamento de solo visam diminuir a resistividade do solo. Este processo tem por base o tratamento do solo que circunda os eletrodos de aterramento e a malha com um eletrólito que possua boa condutividade.

Diversas experiências têm sido realizadas com diferentes produtos com o objetivo de se determinar quais produtos são mais indicados para o tratamento de solo. Os produtos que atacam os componentes do sistema de aterramento não devem ser utilizados em hipótese alguma.

17. Considerações Gerais sobre o Sistema de Aterramento

O sistema de aterramento da instalação tem as seguintes funções:

- Dissipar a energia da descarga atmosférica no solo;
- Proteger a instalação contra correntes de curto-circuito;
- Servir de referência de terra para os equipamentos eletrônicos.

17.1. Subsistema de Eletrodos de Aterramento - Consiste de eletrodos enterrados no solo, podendo formar uma malha de aterramento e têm por finalidade manter em um mesmo potencial a instalação, quando submetida à correntes de baixa frequência (60 Hz). O subsistema de eletrodos de aterramento deve servir para o sistema elétrico, para o sistema de para-raios da edificação e referência de terra para os equipamentos.

17.2. Subsistema de Proteção contra Curto-Circuito na Instalação Elétrica - Tem por objetivo prover um percurso de baixa resistência, destinado a provocar a rápida atuação dos dispositivos de proteção (reles de falta, fusíveis, disjuntores, etc.), quando ocorrer uma falha na isolação. A atuação deve ser em intervalo de tempo tal que não seja prejudicial tanto ao operador que trabalha no equipamento, como aos equipamentos que estão sendo alimentados pelo circuito que falhou, além de contribuir para a proteção contra incêndios.

17.3. Subsistema de Referência de Terra - Este “terra de referencia”, também conhecido por “terra limpo” tem por objetivo entregar uma referência de terra para os circuitos digitais que operam com tensões de 3 a 5 V, visando melhorar a confiabilidade na operação dos equipamentos eletrônicos sensíveis.

Recomendações Gerais

Projetar, construir e manter o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA de acordo com os padrões exigidos pelas normas técnicas vigentes.

Exigir os laudos de qualificação e certificação dos fabricantes e fornecedores dos materiais e componentes usados nos sistemas de proteção.

Especificar equipamentos de modo que atendam às normas específicas de controle de interferência eletromagnética.

Exigir dos fabricantes de equipamentos eletrônicos os ensaios de laboratório credenciado em compatibilidade eletromagnética.

Avaliar o ambiente eletromagnético de cada instalação antes de instalar os equipamentos eletrônicos sensíveis.

Realizar vistorias periódicas das condições do SPDA e DPS por profissional habilitado pelos Creas de acordo com as recomendações das prefeituras.

Responsabilidade Civil e Criminal

Considerando-se que a metodologia empregada no projeto de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas se baseia em estudos estatísticos, logo não há garantia de que a proteção dos seres vivos e dos equipamentos seja de 100%.

Portanto os projetos e as instalações devem seguir rigorosamente as recomendações técnicas contidas nas Normas Técnicas pertinentes, pois havendo alguma ocorrência com vítimas; perda de receita por falha nos equipamentos ou danos materiais, e estando o projeto e a instalação de acordo com as normas técnicas, o profissional responsável e o proprietário da edificação estarão respaldados legalmente, evitando as penalidades previstas em lei.

Proibido o Uso de Para-Raios Radioativos

A fabricação de para-raios radioativos no Brasil foi autorizada entre 1970 e 1989, porque a literatura técnica da época indicava que os captadores radioativos tinham uma eficiência maior que os convencionais. Porém, estudos realizados posteriormente no Brasil e no exterior, demonstraram que o desempenho

desses para-raios não era superior aos convencionais na proteção das edificações, não se justificando o uso de fontes radioativas.

Em 1989, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, através da Resolução No. 4/89 suspendeu a autorização para a fabricação e instalação deste tipo de captor.

A decisão sobre a substituição dos para-raios radioativos já instalados depende da orientação das autoridades municipais competentes. Quando é substituído, um para-raios radioativo, este passa a ser um rejeito radioativo e deve ser tratado como tal, e enviado à CNEN. A substituição é de responsabilidade do proprietário da edificação e esta substituição deve ser acompanhada por um profissional habilitado.

A fonte radioativa do para-raios radioativo tem a forma de uma fita metálica fixada no disco. O material radioativo é, em quase 100% dos casos, o radionuclídeo amerício-241. Este material emite partículas alfa e radiação gama de baixa energia, com curto alcance no ar. Embora o risco de irradiação seja pequeno, há o risco de contaminação por contato.

Os cuidados que devem ser tomados em relação à radiação e à contaminação estão descritos em documentos fornecidos pelo IPEN. É importante ler cuidadosamente todas as instruções de manuseio do para-raios radioativo antes de realizar a retirada do mesmo, pois há instruções sobre como fazer a embalagem, o transporte e a entrega do material à CNEN.

Efeitos das Descargas Atmosféricas nas Instalações Vizinhas ao Ponto de Impacto

Quando estruturas elevadas (edifícios, torres, pontes, etc.) são atingidas por descargas atmosféricas, as instalações elétricas nas vizinhanças são também afetadas por surtos e transientes por condução ou por indução eletromagnética.

Este tema vem sendo estudado por pesquisadores e havendo alguma ocorrência nestas circunstâncias, recomenda-se procurar um especialista para avaliar a situação e propor soluções.

Ressarcimento de Danos

Caso seja possível comprovar que algum equipamento eletrônico tenha sido danificado devido a sobretensões transmitidas pelos cabos metálicos de energia elétrica, sinais de voz, dados ou imagem, a concessionária do respectivo serviço público deverá indenizar o consumidor.

Para tanto, solicitar à concessionária o ressarcimento de perdas e danos tão logo seja constatada a ocorrência. Caso esta não responda de forma satisfatória ao pedido, o consumidor pode recorrer à agência reguladora ou, em último caso, à ouvidoria da ANEEL, para o caso dos serviços de fornecimento de energia elétrica, ou da ANATEL para o caso dos serviços de telefonia, comunicação de dados e TV a cabo.

Fundamentação Legal

O Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90) elege a proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por produtos e serviços e o direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como os riscos que apresenta.

Seguro das Instalações Elétricas e Equipamentos Eletrônicos

Considerando que as sobretensões são fenômenos aleatórios e que a sociedade está cada vez mais dependente dos recursos oferecidos pelos equipamentos eletrônicos sensíveis, é recomendável que o gestor público, em parceria com as empresas concessionárias de energia e serviços de comunicação, fiscalizem as instalações elétricas, verificando se estão de acordo com as normas técnicas.

Nesse sentido, seria recomendável que os gestores públicos, as empresas concessionárias, certificadoras e seguradoras, estabeleçam um incentivo visando o seguro das instalações elétricas e eletrônicas. E, estando a instalação de acordo com as normas técnicas e, por conseguinte, um risco

menor aos danos, o custo do seguro pode ser mais atrativo aos proprietários.

A certificação da instalação e a recomendação do seguro incentivarão os profissionais e os proprietários a seguirem rigorosamente as normas técnicas. E, em estando a instalação elétrica em conformidade com as normas técnicas, e mesmo assim ocorrer algum dano, a seguradora poderá indenizar rapidamente os prejuízos causados aos segurados.

Leis, Normas Técnicas e Recomendações Aplicáveis aos SPDA e DPS

- Lei nº 11095 de 21 de julho de 2004 de Curitiba
- NBR 14306 – Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações.
 - NBR 15749 - Medição de resistência de aterramento e de potenciais na superfície do solo em sistemas de aterramento
 - NBR 15751 - Sistemas de aterramento de subestações - Requisitos
 - NBR 13571 - Haste de aterramento aço-cobreada e acessórios - Especificação
 - NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas
 - NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão
 - NBR IEC 61643-1 - Dispositivos de proteção contra surtos em baixa tensão

Sobre o autor

Fernando Nunes Patrício

Engenheiro de Operações em Telecomunicações formado em 1973 e Engenheiro Eletricista formado em 1980 pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais. Atuou como engenheiro na Telepar / Brasil Telecom por 35 anos nas atividades de projeto de radio enlaces, testes de propagação e prospecção; aceitação em fábrica de equipamentos de transmissão para o Sistema TELEBRÁS e fiscalização de infra-instrutora para telecomunicações.

Possui os seguintes cursos de pós-graduações: Engenharia da Qualidade pela PUC-PR em 1994; Sistemas Elétricos Industriais pelo CEFET-PR em 2000 e Eficiência Energética pela UTFPR em 2004.

Sobre a COSEDI

A Comissão de Segurança de Edificações e Imóveis – COSEDI faz parte da estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Curitiba, subordinada diretamente ao Prefeito Municipal, com a finalidade específica de agir sempre que uma obra, edificação ou imóvel localizado no Município de Curitiba bem como seu respectivo uso, representar risco à população ou ao ambiente, estiver em estado de abandono ou não apresentar condições de habitabilidade.

A COSEDI atende no seguinte endereço: Rua João Gualberto, 623, 5º andar, torre C e o telefone para contato é (41) 3350-8871.

Sobre a Mediação e a Arbitragem

Mediação e arbitragem são meios alternativos e extrajudiciais de solução de controvérsias. Havendo um conflito entre cliente e prestador do serviço, escolhe-se um mediador ou um árbitro que seja aceito pelas partes para mediar ou decidir o litígio, de modo imparcial, independente, confidencial e célere.

Conforme a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, os contratantes ao firmarem determinado termo, tem a opção de valerem-se do instituto da mediação ou arbitragem para resolver quaisquer litígios que venham a ocorrer em relação aos termos do contrato.

Caso as partes contratantes resolvam optar pela arbitragem, as mesmas devem inserir no contrato a denominada Cláusula Compromissória ou Arbitral, em lugar da Cláusula do Foro judicial.

Modelo de redação sugerido para a Cláusula Compromissória:

Cláusula Compromissória:

Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CMA CREA-PR, localizada à Rua Dr. Zamenhof nº 35, Alto da Glória, Curitiba, Paraná, telefone (41) 3350-6727, e de conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem. Ao optarem pela inserção da presente cláusula neste contrato, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente, com os seus termos.

Assinatura do Contratante/Proprietário

Assinatura Profissional Responsável

Observação: recomenda-se que esta cláusula seja escrita em negrito e que as partes aponham os seus respectivos vistos junto à mesma, além de assinarem normalmente o contrato.

www.crea-pr.org.br